Pacote linha dura no Senado

CORREIO BRAZILIENSE 03 MAR 1997

Senadores perdem metade dos gastos de custeio. Lobistas continuarão usando a estrutura da Casa, mas vão ter que pagar até cópia xerox

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), reuniu os diretores do Senado para anunciar medidas de contenção de gastos que atingem os próprios senadores. "Quem não se adaptar, roda, vamos despolitizar a administração do Senado", avisou. "O funcionário que cometer fraude para atender a um senador será tão responsável quanto ele", alertou ACM.

As medidas prevêem demissão de funcionários que não trabalham, guerra aos lobistas que usam gratuitamente a estrutura do Senado, redução pela metade dos gastos de custeio e pessoal, avaliados em mais de R$ 40 milhões por mês, auditorias nos departamentos e na gráfica do Senado, o fim dos desvios de função dos servidores, além de rigor no controle da freqüência dos funcionários.

E até aula de informática para os senadores da "velha guarda" foi uma recomendação incluída por ACM no pacote de sábado. As aulas serão ministradas pelo Centro de Processamento de Dados do Senado. "Será um estilo bem diferente de administrar", comunicou o senador.

A Mesa chamará de volta todos os servidores requisitados por outros órgãos. O órgão que quiser manter o funcionário no Senado terá que pagar o seu salário. "Aqui só fica quem trabalha", determinou ACM, preparando-se para adotar medidas contra os que não comparecem ao trabalho e têm suas faltas explicadas e abonadas pelo próprio senador titular do gabinete onde está lotado o funcionário faltoso. Antonio Carlos prometeu ainda fazer "blitz" de surpresa nos gabinetes para ver quem trabalha.

ORGANIZAÇÃO

A reunião durou 4 horas. Os diretores do Senado chegaram para o encontro e encontraram as cadeiras numeradas, com até um mapinha indicando os lugares de cada um. "Nesse horário, ninguém tem nada para fazer", justificou ACM. "Estabilidade só para o bom funcionário. Quem não quiser trabalhar, passará por inquérito administrativo e vai para a rua", frisou.

Para o senador Antonio Carlos, o Senado é poder fiscalizador do Executivo, e se não exercer suas funções "perderá autoridade". Um estudo sobre as licitações públicas será encaminhado para que o Senado nada execute sem obedecer à lei.

O presidente do Senado decidiu ainda proibir desvios de função dos funcionários, como médicos e engenheiros, que ingressam por concurso como agentes de segurança, telefonista e motorista e acabam trabalhando nos gabinetes dos senadores, ganhando gratificações. "Eles só poderão ocupar os cargos para os quais foram contratados", determinou o senador.

Hoje, dos 2.300 funcionários do Senado, cerca de 300 estão fora das suas verdadeiras funções. O maior foco de desvio de função é a Segurança do Senado. Dos 140 agentes de segurança contratados pelo Senado, cerca de 70 estão em outras funções "mais nobres".

OBRAS

Para reduzir as despesas, as obras em realização pelo Senado ficarão suspensas. "A retomada vai depender das prioridades", disse Antonio Carlos. O primeiro secretário Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), por exemplo, já apresentará quinta-feira um plano de cortes de gastos. Um deles será na faixa de R$ 3,5 milhões do programa de obras.

Outras medidas para economizar gastos é a cobrança dos serviços aos lobistas, como cópias xerox de documentos. "Tudo isso vai ser cobrado", determinou ACM.

Os próprios senadores foram atingidos pelas medidas de contenção. A gráfica será obrigada a limitar em apenas cinco páginas a transcrição dos pronunciamentos dos senadores, realizados em plenário, tão volumosos que acabam editadas em livros. "O senador que ultrapassar sua cota vai pagar do próprio bolso. Os limites de cotas serão rigorosamente obedecidos", determinou o ACM. "Se a cota estiver estourada não se publica mais nada", ordenou.

ORÇAMENTO

Antonio Carlos vai propor ao Executivo que o envio do Orçamento Geral da União ao Congresso seja antecipado do mês de agosto para abril. ACM quer que o Legislativo tenha mais tempo para examinar o Orçamento da União, além de mudar o sistema de exame do projeto orçamentário. ACM vai sugerir uma elaboração conjunta do Orçamento para evitar corrupção.

Sobre as Medidas Provisórias, o senador solicitou a elaboração de uma pauta que permita o exame em três meses das 75 medidas provisórias que foram editadas e das 1.128 medidas provisórias que estão sendo reeditadas pelo presidente Fernando Henrique. Hoje, existem medidas provisórias do governo Itamar Franco que ainda não foram votadas. "Não vamos mais permitir o uso indiscriminado das MPs", informou ACM. Foram enviadas ao Congresso desde sua criação, em 1988, 2.005 medidas provisórias.

Carlos Moura

Antonio Carlos procura mostrar serviço: no pacote, até sugestão de aulas de informática para os senadores da "velha guarda"